TL 2455

SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE TIMOR-LESTE

intervenção de

NOAM CHOMSKY

Perante esta audiência, torna-se desnecessário que eu passe em revista a recente história de Timor-Leste ou as substanciais provas acumuladas e que revelam a dimensão e a natureza dos horrores perpetrados pelo exército indonésio no decurso da sua agressão, desde 1975. Vou, portanto, debruçar-me sobre outro assunto, nomeadamente a resposta dada a estes acontecimentos pelo Ocidente. É um problema em si mesmo de considerável significado, não só pela compreensão que proporciona da natureza das instituições livres, no Ocidente, mas também porque a agressão indonésia não podia, obviamente, ter acontecido nem prosseguido sem o apoio das democracias industriais do Ocidente, facto que não necessita mais comentários.

Em fins de 1977 foi noticiado na imprensa mundial que os fornecimentos militares indonésios estavam praticamente esgotados. Porém, as democraciais ocidentais renovaram esses fornecimentos, permitindo às forças armadas indonésias que conduzissem novas ofensivas, novas atrocidades contra a população de Timor-Leste. Material aéreo de contra-insurreição, como por exemplo os OV-10 Bronco, helicópteros para transporte de tropas até áreas longínquas, aviões e substâncias químicas para a destruição das plantações, privando as populações de alimentos - foram estes e muitos outros os contributos do Ocidente à liberdade e aos direitos humanos em Timor-Leste. Mas a resistência continua a lutar e esperamos que continue até à vitória e libertação finais, apesar da traição das democracias ocidentais.

Não vou agora continuar a contar a história cruel das atrocidades, apoiadas pelo Ocidente, perpetradas em Timor. No entanto, creio que será útil recordar alguns pontos e alguns dos factos elementares.

Em Setembro de 1975 a FRETILIN tinha obtido controlo total sobre Timor-Leste e em fins de Novembro declarou a independência. Jornalistas ocidentais e visitantes - entre eles Ken Fry - atestaram sobre o sincero e vasto apoio popular conseguido pela FRETILIN. Este apoio foi conquistado através de programas sociais e educacionais construtivos. A intervenção militar indonésia iniciou-se logo em Setembro e a 7 de Dezembro houve uma invasão em grande escala. Não está em questão se as potências ocidentais sabiam que estava iminente uma invasão. Telegramas diplomáticos apanhados pela imprensa na Austrália revelam claramente que a Austrália e os Estados Unidos estavam cientes do que estava a acontecer, mas preferiram fechar os olhos e manterem-se oficialmente numa pretensa ignorância. A invasão foi desencadeada na altura em que o Presidente Ford e Henry Kissinger partiam de Jakarta, e Kissinger afirmou, nessa ocasião, à imprensa, que os Estados Unidos compreendiam a posição da Indonésia relativamente a Timor.

Iniciaram-se imediatamente as atrocidades e os massacres. Em Setembro de 1976, segundo cálculos de padres que estavam em Timor-Leste, relatados aos chefes da Igreja indonésia, cerca de 100.000 pessoas tinham sido mortas pelo invasor. Fontes eclesiásticas têm continuado a apelar para a ajuda ou pelo menos alguma atenção da parte do Ocidente. Podemos citar um exemplo: em Novembro de 1977 um padre em Timor-Leste conseguia passar clandestinamente uma carta para Portugal na qual escrevia que, desde a invasão de Dezembro de 1975 até Fevereiro, barcos de guerra indonésios bombardeavam os montes em redor de Dili durante as 24 horas do dia, enquanto helicópteros e aviões militares sobrevoavam o país onde um exército de 50.000 homens atacava com tanques e blindados. A carta continua assim:

"Em Dezembro de 1976 houve no porto de Dili intenso movimento de descarga de material de guerra e tropas. A guerra intensificou-se a partir de Dezembro. Os aviões de guerra não param durante todo o dia. Morrem diariamente centenas de pessoas. Os cadáveres são pasto para os abutres. Se as balas não nos matarem, morreremos de doenças epidémicas. Aldeias completas são totalmente destruídas... as tropas da FRETILIN mortas a tiro... Em breve será o genocídio, talvez até Dezembro próximo."

Referia ainda que o Bispo se tinha demitido e que tinham sido destruídos edifícios da Igreja enquanto a economia se transformava numa economia de "cabarets e bordeis". O povo opõe-se à integração, mas aqueles que são "controlados pelos indonésios são como o gado levado ao matadouro". Esta imagem talvez faça nascer algumas lembranças na consciência ocidental, que anda agora tão intrigada com outro holocausto, enquanto ignora o holocausto actual para o qual o Ocidente contribui, enquanto vai vendo na televisão cenas de há 40 anos, numa manifestação espantosa de cinismo.

De todos os países ocidentais, apenas Portugal tomou a atitude louvável de cortar relações com a Indonésia. Os Estados Unidos e as outras potências preferem olhar para o outro lado, enquanto vão fornecendo os armamentos necessários para que o holocausto continue, fingindo ao mesmo tempo que a guerra já terminou. E, é claro, louvando sempre a civilização ocidental pela sua dedicação singela e infinita à causa dos direitos humanos.

Em Novembro de 1978 foi-me dada a oportunidade de testemunhar, perante as Nações Unidas, sobre a situação em Timor-Leste e sobre a repercussão no Ocidente das atrocidades cometidas pelos agressores indonésios no decurso da sua agressão. Concentrei as minhas observações sobre os Estados Unidos, que desempenharam o papel primordial no fornecimento de material e no apoio diplomático de que a Indonésia necessita para prosseguir na sua agressão e massacres. Segundo admitiu o Departamento de Estado, os Estados Unidos forneceram 90% das armas usadas pelos invasores indonésios e, em total contradição com os testemunhos dos porta-vozes do Governo nas sessões do Congresso, o Governo dos Estados Unidos continuou a fornecer armamento à Indonésia, incluindo novas ofertas de armas no período imediato à invasão, e sobretudo a partir daí. Eis porque nestas observações me debruçarei sobre os Estados Unidos embora, tanto quanto eu saiba, com a excepção parcial da Austrália, a situação não seja marcadamente diferente nas outras democracias ocidentais.

No meu testemunho perante as Nações Unidas, o tema principal que discuti foi o comportamento da chamada "imprensa livre". Um livro então aparecido contém documentação exaustiva sobre a reacção da "imprensa livre" e do Governo dos E.U.A. à violência e atrocidades cometidas em Timor-Leste que - uma vez mais quero salientar - são da responsabilidade directa e contínua dos poderes industriais do Ocidente que avidamente procuraram participar neste monstruoso massacre, fornecendo o armamento de que a Indonésia desesperadamente necessita e escondendo esta horrível prática.

A conclusão mais importante, na minha opinião documentada, contra qualquer possível argumento, é a de que a "imprensa livre" se comportou precisamente da maneira que seria de esperar num Estado totalitário. Uma vez que os E.U.A. e outras potências ocidentais têm interesse em esconder as atrocidades pelas quais são responsáveis por intermédio do seu estimado cliente indonésio, a "imprensa livre" fora da Austrália manteve fielmente o seu silêncio. Não foi diferente, por exemplo, durante o período do chamado "bombardeamento secreto" do Cambodja em 1969 - o bombardeamento só foi "secreto" na medida em que a "imprensa livre" se recusou a relatar ou a publicar os veementes apelos do Príncipe Sihanouk para a condenação internacional dos bombardeamentos americanos. Nas raras ocasiões em que é permitida qualquer referência a Timor, a "imprensa livre" limita-se geralmente a falsificações absurdas inventadas pelo Ministério da Propaganda indonésio e pelo Departamento de Estado dos E.U.A. Assim, os distintos jornais do Ocidente informam os seus leitores de que o morticínio em Timor-Leste ocorreu durante "a guerra civil fratricida" e que os timores que foram "forçados a viver" sob o controle do violento terrorismo da FRETILIN buscam refúgio sob a "protecção" do exército indonésio. Existem excepções, na verdade muito raras, mas praticamente inexistentes na imprensa dominante americana.

Quanto a esta questão, é sem dúvida possível encontrar paralelos para a cobardia e desonestidade da "imprensa livre", não só nos seus relatos pouco exemplares noutras ocasiões da história recente e anterior, mas talvez mais chocantemente no relato de jornais que servem abertamente qualquer Estado totalitário. Por exemplo, a imprensa estalinista no Ocidente sempre se dedicou a esconder os crimes do Estado soviético. Mas a comparação é enganadora. A imprensa estalinista não desceu ao nível de degradação da "imprensa livre" do Ocidente, que não apenas esconde as atrocidades pelas quais os Estados que servem são os principais responsáveis como, com o seu silêncio e as suas mentiras, contribui total e sistematicamente para ajudar e encorajar estes massacres sistemáticos. Nas democracias ocidentais, uma opinião pública informada podia muito bem impedir os esforços destes Estados no fornecimento de material e de apoio diplomático de que a Indonésia tem necessidade para levar a cabo a sua bárbara repressão em Timor. Uma opinião pública informada podia, de facto, fazer com que as democracias industriais do Ocidente pressionassem a Indonésia no sentido de a compelir a pôr fim à sua selvática agressão. Não é pois exagero afirmar que a "imprensa livre" na sua cobarde subserviência perante o sistema estatal de propaganda, é participante directa e voluntária naquilo que o Serviço Legislativo de Pesquisa do Parlamento Australiano descreveu como "assassínio indiscriminado numa escala sem precedentes na história posterior à Segunda Guerra Mundial". Este é um facto - na minha opinião, inegável - que merece atenta consideração por parte dos cidadãos das democracias industriais do Ocidente, bem como por parte de outros que se preocupam em perceber as instituições e comportamento destas potêneias.

Talvez fosse apropriado um comentário geral sobre estes assuntos, antes de voltar ao aspecto específico de Timor-Leste e a sua repercussão no Ocidente. Nas democracias industriais, a obediência é imposta, não pela força, mas por outros meios mais subtis. Os meios de comunicação são, sem dúvida, grandes empresas capitalistas e não se dispõem a desviar-se da ortodoxia doutrinária mais do que, por exemplo, o Conselho de Administração da General Motors. Além do mais, eles são indirectamente influenciados ou directamente ligados ao Estado, que por sua vez está intimamente ligado, de várias e bem conhecidas formas, aos grandes centros do poder económico privado. Nos meios de comunicação comerciais, a publicidade privada dá lugar a pressões complementares e poderosas no sentido do conformismo. Para a

"inteligentsia" em geral, e em particular os jornalistas, o conformismo face às exigências ideológicas do Estado e do poder privado oferece oportunidades de promoção, prestígio e privilégio, fenómeno particularmente agudo nos Estados Unidos, Em geral, uma teia de interesses comuns, de associações e de pressões directas e indirectas, fundamentalmente radicada nas grandes disparidades do poder existentes em todas as democracias capitalistas, assegura que a dissidência, embora não seja sujeita às severas penas características dos Estados totalitários, seja limitada em grau e em impacto público. Só quando os movimentos populares se desenvolvem fugindo ao controle das elites económicas, políticas e ideológicas, como no caso do movimento pacifista americano dos anos 60 é que estes limites são rompidos de uma forma que ultrapassa os movimentos marginais. E quando isto acontece, surge o medo e a preocupação por parte dos poderosos e dos privilegiados, obrigados a empreender sérios esforços para conter a ameaça da liberdade intelectual e da política democrática. Um exemplo notável desta reacção é um importante estudo, "A Crise da Democracia", publicado pela Comissão Trilateral, que reúne grupos de elite dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Este estudo, publicado em 1975, advogava medidas para reduzir os cidadãos das democracias ocidentais à sua tradicional passividade e obediência, de modo a que aquilo a que a Comissão chama "democracia" - isto é, a ordem estabelecida dos grupos de elite que em última análise representam o poder privado - possa ser preservada.

Devia ser evidente para qualquer leitor dos principais meios de comunicação ocidentais que está em curso um programa de reconstrução ideológica, uma tentativa de dominar os sentimentos anti-imperialistas desenvolvidos em grande parte do mundo no decurso dos movimentos populares dos anos 60, quando já não era possível disfarçar por mais tempo a verdadeira natureza das guerras da Indochina. Esta tentaiva envolve não só a "imprensa livre", mas também o cinema e os chamados "investigadores" - de facto, alguns dos exemplos mais baixos e vergonhosos encontram-se precisamente neste último campo. O comportamento da "imprensa livre" no que diz respeito a Timor é um exemplo particularmente notável (mas de modo nenhum uma excepção) do funcionamentos destes processos de reconstrução ideológica.

Por vezes a história faculta-nos uma experiência controlada que nos permite verificar certas teses. A resposta ocidental aos acontecimentos de Timor-Leste é um desses casos. Oferece um teste bastante exacto do verdadeiro significado da súbita preocupação com os direitos humanos que despontou no Ocidente em consequência imediata da guerra no Vietname, do propagar de uma praga de Estados neo-fascistas apoiados pelos Estados Unidos na América Latina, do golpe militar na Indonésia apoiado pelos Estados Unidos e do enorme massacre que se lhe seguiu e doutros fenómenos semelhantes dentro da esfera de influência do Ocidente. Passemos a considerar a experiência que, a este respeito, nos oferece a história recente.

Nas minhas observações perante as Nações Unidas, fiz uma comparação entre a reacção da "imprensa livre" e da opinião concertada no Ocidente, em geral, a acontecimentos no Cambodja e em Timor. Existem de facto alguns paralelos notáveis entre as duas situações, suficientes para nos facultar um teste correcto sobre o significado das cruzadas dos direitos humanos. O enquadramento temporal é o mesmo: de 1975 até ao presente. Está envolvida a mesma região do mundo, pelo que não se pode evocar a falta geral de interesse pelos lugares longínquos e exóticos para diferenciar os dois exemplos. No Cambadja, os críticos mais severos do regime argumentam que provavelmente 100 000 pessoas ou mais foram massacradas pelos khmers vermelhos. Na propaganda do bloco soviético ou ocidental aparecem normalmente números muito mais elevados, mas um olhar atento mostrará que estas es-

timativas, quando não são simples invenções não baseadas em provas conhecidas, incluem mortos por fome e doença que são - e não em número insignificante - debitáveis à conta americana (para não falar do impacto destrutivo do colonialismo francês): lembremos que altos funcionários dos E.U.A. previram em 1975 que um milhão de pessoas iria morrer como resultado das condições criadas pela guerra. Voltando ao caso de Timor, parece que aproximadamente o mesmo número de pessoas foi morto no decurso da invasão indonésia apoiada pelo Ocidente - talvez 100 mil ou mais. Neste caso, os números não provêem de críticos hostis mas de pessoas que estavam inicialmente dispostas a aceitar a "integração" indonésia. Relativamente à população, a escala dos massacres em Timor é talvez cinco a dez vezes mais elevada do que no Cambodja, segundo estimativas bastante conservadoras. Além disso, estas mortes não podem ser atribuídas à vingança camponesa ou a factores semlhantes que podem muito bem ter sido actuantes no Cambodja, dada a história de violência rural muito anterior e ainda durante a guerra brutal. Os massacres de timores tiveram antes lugar no decurso de agressão directa, o que tem sido considerado um problema muito grave desde Nuremberga, pelo menos quando é levada a cabo pelos partidos errados. No que diz respeito à qualidade das provas à nossa disposição, não há tempo para considerá-las aqui; fi-lo noutro lugar, com abundantes pormenores, e julgo poder demonstrar convincentemente que as provas respeitantes às atrocidades e massacres em Timor-Leste são pelo menos tão críveis quanto as profusamente apresentadas no caso do Cambodja. Mais uma vez se trata de uma perspectiva conservadora, à luz das provas agora apresentadas.

Isto no que diz respeito às analogias. Apontemos agora algumas diferenças. Primeiro que tudo, quaisquer que tenham sido os factos no Cambodja, havia muito pouco a fazer no Ocidente, para além de estimular uma invasão vietnamita que é quase certo conduzir a catástrofes ainda maiores. Mas, evidentemente, isto não é minimamente válido para o caso de Timor: neste caso, a divulgação e o protesto podiam muito bem ter atenuado ou posto fim à agressão e massacres nos quais o Ocidente tem directa responsabilidade. Assim, por quaisquer valores morais razoáveis - isto é, por quaisquer valores que digam respeito às consequências humanas dos actos de cada um - o caso de Timor é de longe muito mais significativo para o Ocidente do que o do Cambodja. Há uma segunda diferença que é comum aos dois casos. No caso do Cambodja, houve um clamor internacional de proporções sem precedentes nos meios de comunicação, no Oriente e no Ocidente. Agarraram avidamente todo o resquício de prova, mesmo duvidoso, que pudesse ser usado para demonstrar a iniquidade dos khmers vermelhos, dando mesmo vasta divulgação a fabricações bem documentadas. No caso de Timor, em contraste bem dramático, depara-se-nos um véu de silêncio, ocasionalmente levantado para apologia da Indonésia ou do Departamento de Estado, veiculada pela imprensa apaniguada e subserviente. O contraste revela à transparência o verdadeiro significado do recente clamor pelos "direitos humanos" no Ocidente nomeadamente a cruzada Carter que, surpreendentmente, é tomada a sério, mesmo pelos observadores ocidentais normalmente objectivos.

A comparação merece um pouco mais de atenção. Ela foi especificamente levada à consideração do Departamento de Estado. A resposta merece citação na íntegra. Vou ler uma carta, datada de 5 de Janeiro de 1979, enviada pelo Departamento de Estado dos E.U.A., em resposta a uma solicitação feita pelo director de um jornal britânico dedicado a assuntos internacionais, que levantou a questão:

> "O sub-secretário de Estado Holbrooke pediu-me que respondesse à sua carta de 6 de Dezembro no que toca à política dos Estados Unidos àcerca da Indonésia e do Cambodja. Especialmente no que diz respeito aos direitos humanos.

O Governo dos Estados Unidos tem seguido com grande preocupação a situação em Timor-Leste. A história recente do território inclui a precipitada retirada dos portugueses, a guerra fratricida e a intervenção militar da Indonésia.

Contudo, como a incorporação de Timor-Leste na Indonésia é já um facto consumado, é nossa opinião - partilhada por muitos outros Governos - de que se deviam empreender esforços no sentido de assegurar que o povo de Timor-Leste receba ajuda humanitária e económica do Governo da Indonésia, de organizações internacionais e de outras fontes, de maneira a poder ultrapassar o estado lastimoso de pobreza em que a maior parte vive.

Certificámo-nos de que a posição do Governo dos Estados Unidos fosse claramente compreendida pelo Governo da Indonésia e congratulamo-nos com a decisão desse Governo em conceder maior acesso a organizações humanitárias internacionais. A Cruz Vermelha neo-zelandesa e australiana, trabalhando com a Cruz Vermelha indonésia, começaram já a prestar assistência. Sabemos também que outras agências voluntárias, tais como os Serviços Católicos de Assistência serão autorizadas a trabalhar directamente em Timor-Leste, e poderemos anunciar que serão postos à disposição fundos americanos para os seus programas de assistência. É nossa esperança que o Comité Internacional da Cruz Vermelha possa também participar nestes esforços.

Recentes visitantes de Timor-Leste, incluindo o nosso embaixador, informam-nos que o Governo indonésio parece tomar a sério o seu papel de proporcionar estabilidade política e melhorar as condições de vida da população. Grandes esforços estão a ser feitos para realojar milhares de pessoas que procuram protecção nas áreas controladas pelo Governo indonésio. Outras actividades sugerem que programas de assistência humanitária e económica gozam agora da mais alta prioridade do Governo de Jakarta.

Em contraste marcante com os esforços do Governo da Indonésia de melhorar o estado de empobrecimento do povo de Timor-Leste, devo fazer notar que o Presidente Carter classificou o desrespeito pelos direitos do Kampuchea (Cambodja) como sendo "o pior do mundo". Consequentemente, não temos procurado relações com o Governo do Kampuchea e muito menos o temos apoiado.

Continuaremos, com certeza, a seguir de perto estes acontecimentos e apreciamos o seu interesse.

Sinceramente

Paul Cleveland

(Director da Repartição de Assuntos Regionais, Bureau dos Assuntos Este-asiáticos e do Pacífico)

Seria de novo supérfluo, perante esta audiência, comentar em detalhe este notável documento. Massacres e atrocidades brutais foram convertidos em "esforços para atenuar o estado lastimoso do povo empobrecido", os miseráveis sobreviventes que fugiram das suas devastadas aldeias de cascalho e dos seus campos desfolhados "procuram protecção nas áreas controladas pelo Governo indonésio", o que mostra uma notável preocupação pelas suas empobrecidas gentes - empobrecidas por quem, o autor não o diz. Uma carta deste tipo, produzida pelos serviços de propaganda de um Hitler ou de um Estaline, poderia até ter deixado George Orwell atónito e incrédulo. Mas não causaria um murmúrio na "imprensa livre" que de boa vontade divulgou tais vulgaridades, no intersse dos Estados que serve.

A referência à Cruz Vermelha talvez mereça uma menção especial. Há um ano, o dirigente liberal representante do Governo dos Estados Unidos, Vice-presidente Mondale, viajou através da Ásia pregando o evangelho dos direitos humanos, trocando impressões com praticantes tão importantes como Marcos e Suharto. Durante a visita a Jakarta, ficou tão emocionado com a magnífica aplicação dos direitos humanos por parte dos seus hospedeiros, que telefonou para Washington, por sua própria iniciativa, pedindo urgência na entrega à Indonésia de bombardeiros de ataque A-4, como reconhecimento pelos seus êxitos no domínio dos direitos humanos - uma grande contribuição para o desenvolvimentos dos direitos humanos do povo de Timor. Aparentemente havia uma condição: a Indonésia devia permitir que a Cruz Vermelha Internacional operasse em Timor-Leste. Muitos meses mais tarde, o Departamento de Estado expressa a sua "esperança" de que a Indonésia, no seu zelo para aliviar o sofrimento dos infortunados por quem se responsabilizou, permita à Cruz Vermelha ajudá-la nos seus esforços humanitários. Entretanto os Estados Unidos e os seus aliados continuam a fornecer armas às forças indonésias para convencer outras populações empobrecidas a procurar a "protecção" indonésia, para que também elas possam beneficiar dos direitos humanos ministrados pelas cruzadas de Jakarta, cujos esforços tanto impressionaram os seus parceiros de Washington. E o Governo indonésio e os seus amigos e apoiantes no Governo norte-americano sem dúvida que se riem descaradamente, ao lerem na imprensa mundial os elogios à sua nobre cruzada pelos direitos humanos.

Seria injusto deixar a impressão de que os Estados Unidos estão sós no seu cinismo em relação a este problema, mesmo tendo poucos competidores nesta gritante hipocrisia dos direitos humanos, assim como são únicos no grau de apoio que proporcionaram aos massacres indonésios. Outras potências ocidentais têm feito o que podem. Assim, a Agence France-Press (APF) foi convidada para uma conferência de imprensa nas Nações Unidas para discutir a situação em Timor-Leste; o Bureau recusou-se a comparecer, respondendo ao convite com o argumento de que em Paris as pessoas não se interessam por Timor, o que na realidade é correcto. Uma indicação desta falta de interesse foi-nos dada a conhecer só umas semanas antes, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês visitou Jakarta. Numa entrevista publicada no "Le Monde", ele descrevia os resultados obtidos: novas vendas de armas à Indonésia, planos de co-produção de armamento, etc. Quando lhe perguntaram qual a atitude da França em relação às incursões indonésias em Timor, o Ministro desviou o assunto, comentando apenas que a França não faria nada que comprometesse os seus amigos indonésios, que lhe proporcionaram excelentes oportunidades económicas. Tanto quanto eu sei, nada disto causou a mínima onda de protesto em Paris, em contraste com a reacção em França aos factos ocorridos no Cambodja ou aos sofrimentos dos refugiados vietnamitas.

Assim como nos Estados Unidos, quando é possível pôr as culpas no "inimigo", particularmente quando ele se atreve a escapar ao sistema de domínio global do Ocidente, não há limites para a histeria e a demagogia moralista. Mas quando a França anuncia que participará em atrocidades que de certeza não são menos selvagens, já não se acha necessário qualquer acção ou comentário. Isto passa-se, infelizmente, muitas vezes. Há sem dúvida muitos soviéticos bem intencionados que estão muitíssimos indignados com as atrocidades cometidas pelos E.U.A. no Vietname e com o derrube do Governo de Allende, mas que não se incomodam com a Hungria, a Checoslováquia ou os campos de concentração na Sibéria. É sempre mais fácil lidar com os crimes dos outros.

Neste ponto, poder-se-à dizer que não surpreende, à luz da história do post-Segunda Guerra Mundial, que a França e os E.U.A. se tenham tornado os principais centros de propaganda e condenação de acções criminosas, verdadeiras ou alegadas, daqueles que recentemente se subtrairam à dominação colonial no Sueste Asiático.

Há uma minoria de pessoas, algumas delas aqui, que nos últimos anos fizeram sérios e dedicados esforços para informar o público ocidental àcerca da situação em Timor-Leste.

Estou pessoalmente em dívida para com essas pessoas, por aquilo que pude aprender sobre esta questão.

Os seus esforços falharam em grande parte. Tem sido impossível quebrar a barreira do sistema de controle da informação. Todos devem ter as suas histórias para contar, muito mais documentadas do que as minhas. Mas talvez possa concluir com um exemplo retirado da minha própria experiência: uma das mais importantes revistas americanas de jornalismo, que se orgulha da sua análise crítica dos resumos noticiosos, pediu-me que apresentasse um artigo sobre a cobertura noticiosa dos pós-guerra na Indochina. Eu sugeri, então, um artigo sobre Timor, alegando que era da máxima importância, pelas razões óbvias que já mencionei. Depois de algumas negociações, finalmente recusaram nos seguintes termos: como praticamente ninguém tinha ouvido falar de Timor, não haveria interesse num tal artigo. Assim se completa o círculo. Primeiro, a "imprensa livre" suprime a informação vital ao serviço do Estado, e depois não há discussão possível sobre essa supressão, porque foi tão eficiente que ninguém ouviu falar do assunto. De novo uma situação que Orwell talvez apreciasse.

Perante tal acto de traição dos meios de comunicação, o que poderá ser feito para se chegar à opinião pública? A experiência do movimento pacifista americano mostra que ás vezes isso é possível. Embora a imprensa americana estivesse, e ainda esteja, enquadrada na estrutura do sistema de propaganda dos E.U.A., contrariamente ao que se crê, durante a guerra do Vietname era contudo possível expressar pontos de vista diferentes junto de uma grande parte do público, em parte através da criação de formas alternativas tais como sessões de esclarecimento e meios de comunicação independentes e em parte por causa do impacto das movimentações de massas. Neste caso a tarefa será muito mais difícil. A guerra do Vietname, na qual combatiam tropas americanas, não podia passar despercebida como esta passa. Quaisquer que sejam as perspectivas de sucesso, o esforço deve ser feito com garra e energia. A luta do povo de Timor-Leste pela liberdade e justiça perante uma tão grande opressão é uma das mais inspiradoras da história moderna e uma das mais dolorosas de registar. A sua coragem exige sem dúvida que não se poupem esforços para a conclusão vitoriosa dessa luta.

Noam Chomsky

Maio de 1979